

O DISCURSO APRESENTADO AO CONCEITO DE REGIÃO NO CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA

Yan Marllon da Silva Pereira¹

Ana Claudia Ramos Sacramento²

44

Resumo. O presente artigo tem como propósito analisar a concepção do Currículo Mínimo de Geografia por meio do discurso apresentado ao conceito de região. Sabemos que atualmente o currículo é um documento poderoso e que empodera a forma como o conhecimento será transmitido em sala de aula. Desta forma, compreender como ele é pensado e escrito é uma forma de romper com a mera utilização sem análise do mesmo. Por meio da metodologia da análise de discurso manifestado, por meio da interpretação do texto curricular, busca compreender o significado das concepções teórico-metodológicas da geografia. Os resultados podemos constatar que se trata de uma mera reprodução conceitual segundo a lógica e o interesse do sistema político, geográfico e pedagógico neoliberal.

Palavras-chave: Política Curricular, Currículo Mínimo, Ensino de Geografia, Região.

THE DISCOURSE PRESENTED TO THE CONCEPT OF REGION IN THE MINIMUM CURRICULUM OF GEOGRAPHY

Abstract. The purpose of this article is to analyze the design of the Minimum Geography Curriculum through the discourse presented to the concept of the region. We know that curriculum today is a powerful document that empowers the way knowledge will be conveyed in the classroom. In this way, understanding how it is thought and written is a way to break with mere use without analyzing it. Through the methodology of discourse analysis manifested through the interpretation of the curricular text, it seeks to understand the meaning of the theoretical-methodological conceptions of geography. The results show that this is a mere conceptual reproduction according to the logic and interest of the neoliberal political, geographic and pedagogical system.

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela UERJ-FFP; Email: yanmarllon@hotmail.com

² Professora Permanente do programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ-FFP. Email: aninhaflamengo@yahoo.com.br

PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia*.

Keywords: Curricular Policy, Minimum Curriculum, Teaching Geography, Region.

DISCOURS PRÉSENTÉ AU CONCEPT DE REGION EN GÉOGRAPHIE CURRICULUM MINIMUM

Résumé. Cet article vise à analyser la conception du programme d'études Géographie minimum par le discours a présenté le concept de la région. Nous savons qu'actuellement, le programme est un document puissant et permet à la façon dont les connaissances sont transmises dans la salle de classe. Ainsi, la compréhension de la façon dont on pense et l'écriture est un moyen de briser la simple utilisation sans analyse. Grâce à la méthodologie de l'analyse du discours manifeste, par l'interprétation du texte du curriculum, cherche à comprendre le sens des concepts théoriques et méthodologiques de la géographie. Les résultats que nous pouvons voir qu'il est une simple reproduction conceptuelle selon la logique et les intérêts du système politique, géographique et néolibéral éducatif.

Mots-clés: Politique curriculaire, Curriculum minimum, Géographie Education, Région.

Introdução

Este é um momento político neoliberal, que dentro da lógica capitalista trata a educação como uma mera mercadoria a ser consumida pela sociedade, no qual o título de melhor escola, não é aquela que gera conhecimentos críticos e reflexivos, mas sim aquela que consegue ter um maior número de alunos aprovados num sistema de avaliação.

Vive-se mais um período histórico em que as políticas públicas educacionais são organizadas de acordo com o interesse do sistema político-econômico-social vigente neoliberal e que produzem conhecimentos, conteúdos pedagógicos e sistemas de avaliações, de acordo com os princípios de manutenção do sistema capitalista.

Uma das questões mais discutidas estão relacionadas as políticas curriculares e as organizações de propostas, parâmetros ou desenhos curriculares nacionais para

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

delinear como serão as formas de ação em relação à educação nacional. Isto significa dizer que os textos curriculares a cada dia têm ganhado grande relevância devido ao seu papel de norteador da construção do conhecimento nas escolas, direcionando também a formação docente, o material didático, as avaliações, (AZEVEDO; SACRAMENTO, 2016 b),

Os textos curriculares são construídos por estados e municípios a fim de promover suas políticas educacionais e a partir disso, os parâmetros para as escolas estaduais e municipais dos elementos que permearão o processo de construção do conhecimento por meio das disciplinas organizadas pelas suas comunidades disciplinares.

Desta maneira, o objetivo deste texto é analisar as concepções teórico-metodológicas sobre o currículo Mínimo de Geografia a partir do conceito de Região. A partir da metodologia da Análise de Discurso, tem como proposta, fazer com que o pesquisador através da produção de sentidos da linguagem, tenha a capacidade de reler diferentes discursos marcados pela história e pela ideologia, interpretando-os segundo, seu conhecimento e sua vivência, não buscando criar algo novo, mas expor apenas a sua visão sobre um determinado discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Assim, o texto está dividido em quatro momentos: o primeiro no qual discutimos a metodologia de análise de discurso e sua importância para analisar o texto curricular; no segundo a questão das políticas curriculares e currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro; no terceiro a discussão sobre o currículo mínimo de Geografia e suas concepções teóricas e por fim, a análise do conceito de região e suas implicações no ensino de geografia do ensino fundamental.

Metodologia de análise do discurso

O delineamento metodológico trabalhado no presente texto adotará os moldes da Análise de Discurso (AD). A escolha de tal método foi devido a sua possibilidade de PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia*.

executar uma mediação pelo discurso entre o homem e a realidade social, realizando um estudo sobre a linguagem e sua produção de sentidos, levando em consideração a reflexão do sujeito, da história e da ideologia.

Partindo do princípio que a AD trabalha com o sentido, sendo o discurso heterogêneo marcado pela história e ideologia, a AD entende que não irá descobrir nada novo, apenas fará uma nova interpretação ou uma re-leitura; outro aspecto a ressaltar é que a AD mostra como o discurso funciona não tendo a pretensão de dizer o que é certo, porque isso não está em julgamento. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 681).

Logo a Análise de Discurso, tem como proposta, fazer com que o pesquisador através da produção de sentidos da linguagem, tenha a capacidade de reler diferentes discursos marcados pela história e pela ideologia, interpretando-os segundo, seu conhecimento e sua vivência, não buscando criar algo novo, mas expor apenas a sua visão sobre um determinado discurso.

Segundo Wetherell; Taylor; Yates (2001), a Análise do Discurso pode descrever-se como o estudo da “fala” e de textos. Constitui um conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar quer o uso cotidiano da linguagem, quer a linguagem nos contextos sociais.

Um discurso acerca de um objeto pode manifestar-se nos textos, na fala, numa conversação ou numa entrevista, em novelas, jornais, artigos ou cartas, em imagens visuais como anúncios de publicidade e filmes ou mesmo nos significados associados ao vestuário utilizado.

A Análise do Discurso implica, simultaneamente, modos conceptuais de pensar o Discurso e de tratar os dados deste. Diante de tal método de estudo, os instrumentos de coleta de dados do presente trabalho estão baseados na (revisão sistemática, questionário e na análise documental), que possibilitará uma análise do discurso levando em consideração não apenas a linguagem simplesmente como um código a ser PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia*.

interpretado, mas utilizando-se da linguagem, como um objeto repleto de sentidos relacionados como a sua prática social.

Diante de tais modelos da Análise de Discurso, o presente trabalho levará em consideração a Análise Crítica do Discurso (ACD). Uma vez que, a ACD estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sociohistórico. Logo, o conceito analisado no texto será o de *região* na parte das séries finais do ensino fundamental. Será analisado o discurso carregado no documento construído pela comunidade disciplinar que a desenvolveu, a partir da leitura de Santos (2001, 2006, 2012) no qual o autor se debruça na compreensão da importância deste conceito para Geografia.

As Políticas Curriculares e o Currículo Mínimo do Rio de Janeiro

Temos observando nos últimos anos que política curricular tem tomado força total em relação não só as dinâmicas socioeducativas como também administrativas. Isso se faz presente em todos os países ligados ao Banco Mundial que administra os projetos educacionais por meio de metas para garantir a diminuição de custo, ampliar e atender mais pessoas, com o propósito de minimizar a quantidade de pessoas fora das escolas.

Destarte, analisamos que as decisões dos agentes que produzem as propostas de textos curriculares apresentam por meio do jogo político, como também administrativo, maneiras de estabelecer um sistema curricular direcionado também aos conteúdos e a toda prática curricular.

A partir da discussão de Lopes (2004) ao destacar que “toda política curricular é constituída de propostas e práticas curriculares e como também as constitui, não é possível de forma absoluta separá-las e desconsiderar suas inter-relações.” Podemos considerar que esta política é um processo de seleção e produção de saberes, bem como também de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados; PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia*.

assim consideramos formas de organizar o que é selecionado. Podemos dizer então, que toda política curricular é, assim, uma política de constituição de conhecimento escolar. Podemos considerar de acordo com Gimeno (1988, p.129) apud Varela (2013, p. 56) a que toda política curricular é também “toda decisão ou condicionamento dos conteúdos e da prática de desenvolvimento do currículo desde os contextos de decisão política e administrativa, que estabelece as regras de jogo do sistema curricular”.

Assim, consideramos que os Estados, para atingir as exigências tanto do MEC (Ministério da Educação e Cultura), quanto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases -1996) e DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), bem como dos órgãos internacionais, buscam organizar não só à realidade educacional, mas também às econômicas e culturais. Desta forma, a criação do currículo mínimo não está somente associada às questões educacionais, mas também a mudanças econômicas e políticas no cenário do estado do Rio de Janeiro, (AZEVEDO; SACRAMENTO, 2016).

Desta forma, existe toda uma concepção de ser e estar do currículo que é construído a partir de disputas de poderes entre diferentes instituições e suas ideologias promovendo os detentores das decisões discursos que se materializam no documento para que a escola seja aquela à qual realizará o que está no documento, não tendo o poder de decidir o que fará com este.

Alguns autores tem se debruçado a desenvolver uma análise sobre o Currículo Mínimo (CM) como Craveiro; Gigante; Paiva (2015); Silva (2015); Azevedo; Sacramento (2016 a, b), trata-se de um documento que foi elaborado pela Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), dentro do pacote de medidas adotado pelo secretário Wilson Risolia Rodrigues, sendo implementado em 14 de fevereiro de 2011 com objetivo de substituir a Proposta Curricular elaborada para o ano letivo de 2010, período em que a SEEDUC ainda estava sob o comando de Tereza Cristina Porto Xavier.

Ao ser criado o currículo mínimo, passou então a servir de referência as habilidades e conteúdos básicos que devem estar nos planos de curso e nas aulas de todas as escolas Estaduais. Tendo como principal finalidade orientar de forma clara e objetiva, os itens *PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.*

que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, nas disciplinas, ano de escolaridade e bimestre.

Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino- aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. (SEEDUC, 2012 p.2.).

O Currículo Mínimo, ao se colocar como modelo a ser seguido pelas escolas Estaduais, assume um papel pedagógico conservador e doutrinário, determinando aos docentes das escolas públicas estaduais, os principais conteúdos e as principais temáticas que devem fazer parte do processo de ensino-aprendizagem, assim como, as habilidades e competências que devem ser aplicadas em cada bimestre de acordo com a temática a ser trabalhada em sala de aula.

O Currículo Mínimo visa estabelecer harmonia em uma rede de ensino múltipla e diversa, uma vez que propõe um ponto de partida mínimo - que precisa ainda ser elaborado e preenchido em cada escola, por cada professor, com aquilo que lhe é específico, peculiar ou lhe for apropriado. (SEEDUC, 2012 p.2.).

Assim, a partir de 2012, as escolas estaduais passaram a utilizar este currículo para as doze disciplinas da Base Nacional Comum dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio Regular. Sendo essa versão mantida até 2015, ainda no ano de 2012 a SEEDUC começou a elaborar os currículos, para o Curso Normal em Nível Médio e para a (EJA) Educação de Jovens e Adultos, documentos que foram publicados em 2013.

A concepção, redação, revisão e consolidação deste documento foram conduzidas por equipes disciplinares de professores da rede estadual, PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia*.

coordenadas por professores doutores de diversas universidades do Rio de Janeiro, que se reuniram e se esforçaram em torno dessa tarefa, a fim de promover um documento que atendesse às diversas necessidades do ensino na rede. (SEEDUC 2012, p.2).

Logo, o currículo mínimo, surge com o objetivo de determinar os conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada disciplina, na tentativa de reconstituir os percalços que a educação brasileira sofreu nas últimas décadas, tentando reverter o atraso e melhorar a qualidade da educação básica no Brasil e formar cidadãos segundo a lógica e o interesse do Estado. O que se pode observar é um modelo curricular que está mais preocupado com os resultados da educação do que com a sua qualidade. Buscando através do Currículo Mínimo, que se baseia em uma proposta pedagógica conservadora, de produção e reprodução do conhecimento para preparar os alunos para as avaliações federais e estaduais (PEREIRA, 2016).

Este documento é visto como conservador, elitista e engessado, que visa moldar e controlar os ensinamentos fundamental e médio por meio da imposição, do mínimo de conteúdos que venham a ser necessários para formar cidadãos que exerçam sua cidadania sem questionar o sistema político-social vigente. Desta forma, pode ser observado, dentro dessas medidas uma forte ligação dos interesses do Estado e da política neoliberal pela configuração do currículo mínimo. (AZEVEDO; SACRAMENTO, 2016).

A doutrina neoliberal diante de seus diversos interesses políticos e econômicos tem moldado e controlado o sistema educacional. Mas em relação ao Currículo Mínimo, qual a concepção de teoria de currículo que predomina diante desse atual sistema político pedagógico neoliberal? De acordo com o interesse da doutrina neoliberal, que por sua vez, visa o lucro e a manutenção do status quo da sociedade capitalista, a teoria curricular que passa a ser abordada pelo Currículo Mínimo e praticada pelos docentes das instituições públicas é a teoria conservadora tradicional, já que o seu principal método

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

de ensino/aprendizagem é a reprodução de conhecimentos, que são passados pelos docentes e memorizados pelos discentes como verdades absolutas.

Currículo Mínimo de Geografia: algumas considerações

Assim como, as demais disciplinas, a Geografia também é um dos componentes que fazem parte do Currículo Mínimo (CM) tanto no de 2011 como no de 2012, sendo formulada em ambos para conter o mínimo de conteúdos geográficos, a serem trabalhados pelos docentes tanto no ensino fundamental como no ensino médio, onde na maioria das vezes esses conteúdos são apresentados superficialmente pelos docentes, seja por falta de tempo ou por falta de interesse aos temas selecionados.

**“A doutrina neoliberal
diante de seus diversos
interesses políticos e
econômicos tem
moldado e controlado o
sistema educacional”**

De acordo com o Currículo Mínimo de Geografia de 2012, ao ser praticado nas escolas, este próprio documento, deve primar pelo respeito à diversidade (étnica, sexual, religiosa), bem como pela valorização da cultura e dos saberes dos alunos e a crítica contundente às desigualdades e injustiças sociais em diferentes escalas e contextos. Essas são questões que dizem respeito não só a uma conformação com a legislação mais recente, mas principalmente ao compromisso da Geografia, e de seus professores, com esses princípios (PEREIRA, 2016).

Em 2012 outras seis disciplinas passaram a fazer parte do Currículo Mínimo, totalizando doze disciplinas. Em 2011 faziam parte Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, História, Geografia, Filosofia e Sociologia, já em 2012 foram acrescentadas (Ciências/Biologia, Física, Química, Língua Estrangeira, Educação Física e Arte).

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

Neste documento é apresentada uma revisão do Currículo Mínimo de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio Regular da rede estadual do Rio de Janeiro, efetuada ao final do ano de 2011 e início de 2012, com base nas análises críticas e sugestões apontadas em escutas presenciais e virtuais, e apoiada em estudos realizados no campo do currículo e na Geografia escolar. Nesta releitura do Currículo Mínimo aplicado em 2011, buscamos torná-lo mais próximo da realidade escolar, considerando as várias questões que perpassam a prática docente e a estrutura escolar. (SEEDUC, 2012, p. 3).

O processo de ensino/aprendizagem, de acordo com a proposta deste documento, ocorre através da abordagem simplória de determinados conteúdos, conceitos e temáticas da ciência geográfica, onde o papel do professor, embora tenha a liberdade de incluir aspectos não abordados, segundo os seus interesses intelectuais e políticos, passa a ser simplesmente preparar os alunos para exercer a cidadania e respeitar a constituição.

O Currículo Mínimo tem o papel de ser um eixo norteador para as escolas. O professor, de posse desse documento, deve ampliar a discussão na escola para pensar a seleção dos conteúdos trabalhados e a metodologia utilizada. Certamente é um processo de repensar a nossa prática de sala de aula com autonomia, o respeito às diferenças e a visão interdisciplinar. A Geografia é uma disciplina escolar que, através dos seus conceitos e temas, dialoga com outras disciplinas, contribuindo para uma formação geral crítica dos nossos alunos frente às questões da contemporaneidade. (SEEDUC, 2012, p. 3).

Já em relação a tal liberdade intelectual e política do professor, conforme é abordada no documento, não passa de uma proposta teórica, uma vez que na prática os docentes, devem respeitar as características do currículo de geografia, para que seus alunos passem nos exames finais e tornem-se cidadãos conscientes de seu estar no mundo.

É interessante analisar que as exigências que são colocadas no Currículo Mínimo de Geografia não condizem a realidade do dia-a-dia tanto do aluno como do professor de geografia, ambos de escolas públicas, vivem em meio ao descaso com a educação, como a falta de infraestrutura (salas com infiltrações, cadeiras e mesas quebradas,

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

bebedouros sem água, alunos sem merenda, professores sem material didático para executar suas aulas, sem livros, sem mapas, e até mesmo giz, e etc.), bem como problemas de remuneração e qualificação do trabalho docente, SILVA (2015); AZEVEDO; SACRAMENTO (2016 a, b).

A doutrina neoliberal continua exercendo forte controle sobre a educação, determinando o que deve ser ensinado e aprendido em geografia na escola, com um currículo mínimo de geografia moldado segundo seus ideais, mesmo que embora apresente diferentes perspectivas geográficas, aquela que fica mais clara e que segue o ideal neoliberal, é a teoria conservadora tradicional, com características de matriz por competências, embora outras apareçam e gerem discussões sobre as tensões predominantes no Currículo Mínimo de Geografia.

Assim, podemos observar que este documento, trata-se de mais uma ferramenta de ensino que também está arraigado de interesses políticos, demonstrando, assim, como os PCNs (1997) e a LDB, não ser um projeto neutro, sem intenções, mas um projeto voltado para a reprodução do imaginário colonial, através dos conteúdos tidos como importantes e cruciais para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Azevedo; Sacramento (2016a) analisam que a discussão conceitual da Geografia é sucinta, tem exatamente uma página a qual traz os propósitos dos conteúdos e conceitos. Um documento efetivamente mínimo, mas que não traz nenhuma novidade teórico-metodológica ou pedagógica que possa transformar o ensino, ou seja, o documento é limitado e traz fundamentos de todas as concepções teórico-metodológicas da geografia.

Em tratando do conteúdo em si, segundo Azevedo; Sacramento (2016 a, b); Silva (2015); Pereira (2016) podemos analisar que as representações cartográficas e gráficas não traz nenhuma concepção teórica-metodológica para pensar a Cartografia como elemento essencial no ensinar geografia. Assim, como a diversidade cultural, parte de uma

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

tentativa de trabalhar sociedade e cultura, ainda que dentro das competências e habilidades não haja efetivamente uma discussão consistente sobre o tema. Outro ponto é o conteúdo regional sobre o estado do Rio de Janeiro sendo uma tentativa de discutir as diversidades regionais descritas nos documentos, acontecendo em poucos momentos em alguns conteúdos e no terceiro ano no quatro bimestre.

Dentre os elementos que nortearam a releitura deste currículo, temos: a análise escalar e as representações gráficas e cartográficas como um instrumental para a compreensão dos fenômenos e processos geográficos em todos os níveis de ensino; a visão da globalização como processo; a análise ambiental permeando todo o currículo; as possibilidades de estabelecer um diálogo entre as diferenças, valorizando a diversidade cultural; e a problematização das questões geográficas referentes ao Estado do Rio de Janeiro. (SEEDUC, 2012, p. 3).

Além disso, observamos que a visão interdisciplinar de fato não acontece do ponto de vista pedagógico, pois o currículo foi construído disciplinarmente, estando só no discurso o processo interdisciplinar da Geografia. Assim, como os conceitos não são tratados no texto curricular, só aparecem nos focos bimestrais e nas habilidades e competências.

Assim, o Currículo Mínimo, dito democrático, na prática reproduz-se do mesmo modo que os documentos criados no início do século XX, como instrumento de controle do Estado capaz de definir o papel social que se deseja para os estudantes que passam pelo sistema escolar. Portanto, o principal interesse geográfico visto até então, tanto na criação dos PCNs, como no Currículo Mínimo de Geografia e na abordagem da estrutura N-H-E, Moreira (2014), é a disseminação de um conhecimento totalmente moldado e estruturado segundo a lógica pedagógica neoliberal, tendo como único objetivo manter o status-quo da sociedade capitalista, através do domínio da educação e de suas respectivas disciplinas, como visto em especial nesse trabalho a geografia.

Diante de tudo que foi discutido e analisado até então sobre o Currículo Mínimo, pode-se considerar que este documento do ponto de vista da sua Teoria e da Matriz curricular, *PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.*

apresenta tensões curriculares, já que ao ser formulado o CM de Geografia contou com a participação de profissionais da educação que divergiam enquanto as suas perspectivas pedagógicas. Porém, mesmo diante de tais tensões, o CM demonstra ter como principal base a teoria curricular conservadora e dogmática, ao propor determinados conteúdos, que são reproduzidos em sala de aula como verdade absoluta. Para tanto, vamos analisar as tensões e os discursos sobre o conceito de Região que se apresenta de forma ambígua no documento.

As tensões e os discursos sobre o Conceito de Região no Currículo Mínimo de Geografia

Sabe-se que a Geografia é um dos componentes efetivos desde o período imperial nos currículos no Brasil, cumprindo importante papel político-pedagógico. Apresentando uma multiplicidade de temas e conceitos abarcados tradicionalmente pela geografia ao longo de sua trajetória.

Mas que concepção geográfica é essa que é abordada no currículo mínimo e que molda e determina as temáticas e os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula? Será que é uma perspectiva Tradicional, quantitativa, crítica, humanista, cultural, ou será que são um pouco de cada em um mesmo documento gerando, assim, conforme visto nos PCNs de geografia (1998), tensões e discursos curriculares.

Ao longo de todo esse trabalho, a tendência pedagógica conservadora tradicional e tecnicista sempre se mostrou atuante no currículo escolar, assim como no componente curricular de geografia, moldando e controlando conceitos e temáticas. No Currículo Mínimo de Geografia esse conservadorismo pedagógico pode ser observado através da análise do conceito abordado na geografia como: **região**, uma vez, que são alguns conceitos elementares para a compreensão dessa disciplina.

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

O conceito de região aparece nos 6º ao 9º ano do ensino fundamental e no ensino médio, aqui será realizado uma análise do discurso que aparece deste conceito somente no ensino fundamental, buscando determinar por quais são as concepções teórico-metodológica abordadas pelos agentes produtores deste documento.

Tais análises terão como referencial teórico baseado em Milton Santos. Por tratar-se de um autor contemporâneo e que a traz conceitos dentro de uma lógica renovadora de geografia, buscando romper com a simples análise tradicional e partindo por um viés mais crítico de geografia. Além de Santos, ira-se utilizar as análises de outros autores para melhor compreensão de tais conceitos, como Ratzel sobre território e La Blache sobre região, ambos serão comparados ao posicionamento do CM de geografia de viés mais tradicional.

O documento, ao elaborar suas propostas, se divide em ensino fundamental e ensino médio, no qual em cada segmento de ensino é determinado de acordo com a série e o bimestre o conteúdo a ser trabalhado. Segundo, ele, em cada série e em cada bimestre, ele vai propor o foco do bimestre os seus objetivos gerais e suas habilidades e competências, a serem ensinados pelos docentes de forma dogmática.

O conceito de região é tão complexo, uma vez que, o seu significado vai variando de acordo com as distintas correntes teórico-conceitual existentes na Geografia. Primeiramente, compete-nos salientar que o conceito de região tem se mostrado um conceito unívoco, uma vez que ele não comporta uma única forma de interpretação e não se aplica a sujeitos diversos de maneira totalmente idêntica.

A Temática regional, dentro e forma da Geografia pode estar referida a uma série muito ampla de questões, como as que envolvem as relações entre parte e todo, particular e geral, singular e universal, idiográfico e nomotético ou, em outros termos, num enfoque mais concreto, centro e periferia, moderno-cosmopolita e tradicional-provinciano, global e local... São muitas as relações passíveis de serem trabalhadas dentro do que comumente denominamos questão ou abordagem "regional". Cada área do conhecimento, da Economia aos Estudos Literários, da Ciência Política à

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

Antropologia, traz sua própria leitura sobre a região, o regionalismo, a regionalidade e/ou a regionalização. (HAESBAERT, 2010, p. 3).

É com Kant que a região aparece, pela primeira vez ligada à ideia de espaço geográfico. Com uma perspectiva marcante, o conceito de região natural, encontrou em Ratzel e La Blache seus maiores expoentes. Vidal de La Blache (1845-1918) defendeu a região enquanto entidade concreta, existente por si só. Aos geógrafos caberia delimitá-la e descrevê-la. Segundo ele, a Geografia definiria seu papel através da identificação das regiões da superfície terrestre. Nesta noção de região, acrescenta-se à presença dos elementos da natureza, caracterizadores da unidade e da individualidade, a presença do homem.

Na teoria *lablacheana*, o conceito de região estava associado às paisagens naturais, de forma que uma região existia no espaço independente da vontade humana, cabendo aos cientistas apenas identificá-las e expor suas características. Tal conceito foi mais tarde criticado, uma vez que a região passou a ser entendida como uma divisão elaborada pelo homem a partir de seus próprios critérios e que, portanto, não existiria naturalmente, sendo uma construção intelectual humana.

Atualmente, a expressão região é empregada no senso comum, no cotidiano como uma forma de referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. A categoria região é de uso corrente e está disseminada na linguagem comum e na científica. Ela foi incorporada ao nosso dia-a-dia e possui um peso específico na estrutura conceitual analítica.

Região é, originalmente, um conceito de síntese da geografia que pretende definir, numa certa porção da superfície terrestre, uma identidade espacial homogênea fundamentada na análise dos elementos naturais e humanos. Contudo, tal termo passou a fundamentar uma área do pensamento geográfico denominado Geografia Regional. Ao decorrer do século XX tal denominação tem passado por diversas revisões conceituais e atualmente seu uso tornou-se conflituoso e ambíguo.

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

Uma região pode ser qualquer área geográfica que forme uma unidade distinta em virtude de determinadas características, um recorte temático do espaço. Em termos gerais, costumam, mas não necessariamente, ser menores que um país, e podem ser delimitadas em diversas escalas de acordo com as necessidades do estudo.

De acordo com a corrente tradicional o conceito de região é entendido como uma forma de diferenciar lugares com características particulares, as regiões eram entendidas como sínteses de elementos físicos e sociais em integração, sendo reconhecidas pela descrição da paisagem. Nesse sentido, a região era uma paisagem diferenciada.

Na geografia quantitativa, a região já passa a ser pensada como uma divisão de área definida a partir de critérios de homogeneidade e/ou de relações funcionais. “cinturões” da agricultura norte-americana são exemplos de regiões homogêneas (cinturão do trigo, cinturão do milho, etc.), enquanto as regiões de influência de cidades são exemplos de regiões funcionais.

Na perspectiva humanista a região é mais bem compreendida através do seu espaço de vivência. A região é tratada não apenas com base em critérios econômicos e político-administrativos, mas também como espaço de identidade e de pertencimento. A região é, assim, um espaço mais amplo do que o lugar e onde vivem as pessoas com as quais um determinado indivíduo se identifica.

Na tendência crítica, a relação socioespacial, passa a ser a melhor forma de compreender e diferenciar todos os processos de transformações que a região passou ao longo dos anos.

Para Milton Santos (2001), a região apareceu na geografia moderna, em meados do século XIX, calcada pelas disciplinas da natureza. Foi a partir da geologia que a geografia científica incorporou, em seu vocabulário, o termo região. Ela apareceu, nesse contexto, como um conjunto de bacias hidrográficas orientadas pelo relevo.

Refletir sobre a região implica não somente a compreensão da produção e da circulação de coisas e de objetos em seu espaço, mas também o entendimento da criação de *PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.*

resistências, de desejos, de vontades que correspondem às necessidades e carências específicas de cada lugar, que podem estar conectadas às necessidades e carências de outros lugares.

A partir do livro “A natureza do espaço” (2006), percebe-se a metamorfose do conceito de região em conceito de lugar – espaço do singular, espaço de convergência e divergências dos vetores da modernidade, espaço funcional do todo, mas também espaço de criação de novas formas de vida e de novas práticas socioespaciais.

Milton Santos retorna ao conceito de região, para a análise do mundo contemporâneo, como um espaço que comporta a realidade do local, do vivido, do qual parte para compreender o movimento do mundo, retornando ao lugar, espaço da prática social. Ele recupera o movimento da totalização dos processos socioespaciais que compõem tanto a região ou o lugar quanto o espaço. Várias passagens de sua obra mostram essa metamorfose do conceito de região em lugar.

No decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função dos arranjos locais. Mas as velocidades das transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente no pós-guerra, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse. (SANTOS, M. 2006, p.165).

Essa transformação conceitual da região em lugar abre caminho para perceber que o conceito de região em, Milton Santos, se amplia no sentido proposto por Lefebvre. O recorte espacial comporta as determinações do modo de produção, as relações socioespaciais de produção e, também, a criação de obras, de identidades, de subjetividades e de desejos. É nessa dialética do externo e do interno, do universal com o particular, que se desenvolve, no autor, a metamorfose do conceito de região em conceito de lugar.

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

Diante de toda complexidade do conceito de região visto até então, pode-se observar ao verificar o CM de geografia de 2012 que o conceito de região é mais nitidamente trabalhado a partir do 8º ano do ensino fundamental, embora também apareça no 7º e 9º ano.

Segundo o CM de geografia o conceito de região, assim como, os demais conceitos vistos até então também apresentam um caráter polissêmico contendo mais de uma corrente geográfica. Ao olhar, o quadro referente ao 7º do ensino fundamental, mais especificamente no 2º bimestre que tem como foco a: "Organização político-administrativa e divisão regional do Brasil" e como habilidades e competências: "Reconhecer a divisão político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro, identificando seus municípios e suas regiões (regiões econômicas e a Região Metropolitana)". "Identificar e comparar as diferentes formas de regionalização do território brasileiro (Complexos Regionais e as Regiões do IBGE)". "Identificar os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos que conferem identidade às regiões brasileiras, elencando questões que marcam algumas regiões como: a indústria da seca no Nordeste; desmatamento na Amazônia; problemas urbanos no Sudeste etc."

Pode-se observar que o conceito de região é abordado em mais de uma vertente geográfica. Em um primeiro instante o bimestre propõe que se trabalhe região dentro de uma concepção quantitativa do conceito, já que ao identificar os municípios e as regiões do Estado do Rio de Janeiro baseando-se na divisão político-administrativa, faz com que surjam regiões com características homogêneas, conforme as regiões econômicas e a região metropolitana. Pois conforme visto anteriormente, na concepção da geografia quantitativa, a região passa a ser pensada como uma divisão de área definida a partir de critérios de homogeneidade e/ou de relações funcionais. As regiões de influência de cidades são exemplos de regiões funcionais.

Em um segundo momento o conceito de região passa a surgir, simplesmente com o objetivo de reconhecer, identificar e comparar através da mera descrição, as diferentes formas de regionalização do território brasileiro, como os complexos regionais e as

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

regiões do IBGE. Tal concepção de análise, estar associada a corrente clássica de região, onde o seu principal papel é compara e descrever a regiões de acordo com suas características físicas e sociais.

Já em um terceiro momento, o conceito de região ainda referente o 3º bimestre do 7º ano do ensino fundamental, passa a ser abordado dentro de uma análise crítica do conceito, ao buscar "Identificar os elementos sociais, culturais, econômicos e políticos que conferem identidade às regiões brasileiras, elencando questões que marcam algumas regiões como: a indústria da seca no Nordeste; desmatamento na Amazônia; problemas urbanos no Sudeste tec., o conceito de região passa não apenas ser usado de forma descritiva e comparativa, mas passa a ser usado dentro de viés de análise socioespacial, envolvendo questões, políticas, econômico, sociais, para que se possam compreender, determinadas regiões segundo seus respectivos problemas socioespaciais.

No 8º ano do ensino fundamental o conceito de região retorna a aparecer, onde já no 1º bimestre, tendo como foco: "A globalização: integração e persistência das desigualdades" e como habilidades e competências: "Reconhecer as principais regionalizações do mundo atual". "Identificar e localizar os processos de integração regional em curso no mundo contemporâneo". "Reconhecer o papel das diferentes regiões na tradicional Divisão Internacional do Trabalho, na nova DIT, identificando relações de dependência entre os grupos de países e transformações socioespaciais relacionadas ao processo de globalização".

De acordo com o bimestre, o conceito de região passa a ser trabalhado em um primeiro momento dentro de uma análise conceitual clássica, tendo como principal objetivo apenas reconhecer, identificar e localizar, através do método descritivo as principais regionalizações do mundo atual, assim como, seus processos de integração. Já em uma segunda abordagem o conceito de região aparece dentro de uma concepção crítica de análise, á que o objetivo será reconhecer as regiões, levando em consideração a DIT e as transformações socioespaciais.

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

O 2º bimestre que tem como foco: “O continente americano e sua diversidade” e como habilidades e competências: “Identificar as distintas realidades físicas, políticas, sociais, econômicas e culturais, relacionando-as com o processo de colonização e reconhecendo as divisões sub-regionais: América Latina e Anglo-Saxônica, América Andina e América Platina”. O conceito de região aparece dentro de uma concepção de análise, crítica, pois buscam reconhecer as divisões sub-regionais do continente americano, de acordo com as distintas realidades econômicas, sociais, culturais, políticas e físicas mediante aos processos de colonizações.

Já o 3º bimestre que tem como foco: “As transformações espaciais na América Latina” e como habilidades e competências: “Localizar e distinguir a região latino-americana no continente”. “Caracterizar a base política, econômica, social e cultural das sub-regiões latino-americanas”. O conceito de região, segundo esse bimestre, novamente apresenta uma mescla conceitual sendo analisado tanto numa concepção clássica com o objetivo de analisar e distinguir a região latino-americana, como numa concepção crítica de análise ao caracterizar as sub-regiões latino-americanas, através de um processo socioespacial.

O conceito de região também aparece no 9º ano do ensino fundamental e assim como, analisado nos anos anteriores, esse conceito será abordado por diferentes concepções geográficas. Já no 1º bimestre que tem como foco: “África: formação socioespacial e a diversidade” e como competências e habilidades: “Localizar, caracterizar e diferenciar as regiões africanas, destacando as dinâmicas naturais (tendo como referência os biomas terrestres) e as relações culturais, religiosas, socioeconômicas e políticas”.

Segundo tal bimestre, o conceito de região é analisado dentro de uma concepção tradicional ao propor, localizar, caracterizar e diferenciar as regiões africanas dentro de um método descritivo de paisagem. A concepção humanista de região, também aparece à medida que o bimestre propõe trabalhar o conceito de região, as relações culturais, religiosas, socioeconômicas e políticas. Já que nessa concepção, a região é tratada não

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

apenas com base em critérios econômicos e político-administrativos, mas também como espaço de identidade e de pertencimento.

Já o 2º bimestre do 9º ano do ensino fundamental, tem como foco: “A organização do espaço europeu e suas particularidades” e como habilidades e competências: “Localizar, caracterizar e diferenciar as regiões europeias, distinguindo as unidades naturais (tendo como base os biomas terrestres), econômicas, políticas e culturais”. “Identificar a estrutura e a dinâmica da população no continente europeu”.

De acordo com o 2º bimestre o conceito de região será abordado dentro de três concepções de análise, a primeira sendo ela clássica, ao propor localizar, caracterizar e diferenciar as regiões europeias através de um método descritivo de seus biomas terrestres para distinguir as suas unidades naturais. A segunda concepção de análise abordada sobre região é a quantitativa, ao propor diferenciar as regiões europeias distinguindo, suas unidades econômicas, políticas e culturais, já que segundo tal concepção, essas seriam consideradas regiões com características funcionais. Uma terceira concepção de análise sobre região é a humanista, ao propor identificar a estrutura e a dinâmica da população no continente europeu, uma vez, que esta concepção trata a região. Como espaço de identidade e de pertencimento.

O 3º e último bimestre do 9º ano do ensino fundamental que o conceito de região aparece, tem como foco: “O potencial econômico, cultural e socioambiental do continente asiático” e como habilidades e competências: “Localizar, caracterizar e diferenciar as regiões do continente asiático, distinguindo as unidades naturais (tendo como base os biomas terrestres) e destacando os blocos econômicos constituídos na região”. Nesse bimestre o conceito de região aparece novamente com uma análise conceitual clássica, por apenas buscar diferenciar as regiões do continente asiático através do método descritivo da paisagem, no caso em questão os biomas terrestres.

O conceito de região assim, como aparece no ensino fundamental, ele também aparece no ensino médio, porém não na mesma quantidade que é abordada de forma explícita

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

no ensino fundamental. Por exemplo, no ensino médio subtende que o conceito de região aparece no 2º ano tendo como temática do 1º bimestre: “Globalização e blocos econômicos” e como habilidades e competências: “Compreender e analisar os fluxos e as redes – em diferentes aspectos e escalas – que estão envolvidos no processo de globalização”. “Identificar as características do mundo contemporâneo e compreender os processos de fragmentação e exclusão em diferentes setores e escalas”. “Contextualizar o papel do Brasil no mundo globalizado – formação de blocos e parcerias”.

De acordo com tal temática e com tais habilidades e competências é subtendido que o conceito de região aparece na discussão das escalas, uma vez que o objetivo é compreender e analisar o processo de globalização, tendo em vista a fragmentação e a exclusão de diferentes setores e escalas, entre eles os blocos econômicos e suas parcerias, onde cada bloco econômico é constituído por países que apresentam interesses em comum, seja ele político, econômico, social etc. ao se constituírem como bloco econômico esses países passam a fazer parte de uma nova regionalização territorial, uma regionalização que pertence agora ao bloco econômico segundo suas características e interesses. Tal concepção nos remete a ideia da geografia quantitativa, onde a região passa a ser pensada como uma divisão de área definida a partir de critérios de homogeneidade e/ou de relações funcionais.

Seguindo, tais propostas, observa-se que região aparece dentro de uma análise clássica de seu conceito, tendo como principal papel reconhecer as diferentes formas de regionalização do Brasil e identificar as diferentes formas de regionalização, através de um método descritivo sendo, por sua vez, utilizado como uma forma de diferenciar lugares com características particulares.

O conceito de região embora não tenha sido apresentado, também aparece implicitamente em outros bimestres do ensino médio, abordando não somente a concepção clássica, mas também outras concepções de análise.

PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.

Diante desses diferentes métodos utilizados, o CM de geografia, assim se demonstra mais uma vez, polissêmico ao propor o estudo de região, com mais de uma corrente de pensamento sendo abordado, demonstrando ser um documento cheio de interesses, econômicos e marcado por tensões geográficas.

A proposta desse tópico foi identificar por qual vertente geográfica o Currículo Mínimo de geografia vem sendo estruturado, para isso analisa-se o documento referente ao de 2012, se baseando nos conceitos de paisagem, território e região, buscando consequentemente identificar por qual perspectiva geográfica tais conceitos eram abordados ao longo do ensino fundamental e do ensino médio.

Viu-se que segundo Santos, que os conceitos são tratados de acordo com o processo histórico de transformações socioespacial, sendo os conceitos transformados ao longo dos anos, de acordo com as diferentes características (sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, etc.) de suas épocas. Apresentando, assim, Santos uma análise de tais conceitos baseado, numa vertente mais crítica da geografia, levando em consideração o materialismo histórico dialético.

Ao trazer, Santos como um referencial para interpretação de tais conceitos, não se quer determinar as suas ideias como as que devem ser utilizadas, pelo CM de geografia, mas apenas como um referencial de comparação as perspectivas apresentadas pelo documento. Uma vez, que é um autor contemporâneo e que a traz conceitos dentro de uma lógica renovadora de geografia.

Após todas as análises feitas até então, do CM de geografia referente ao de 2012, do ensino fundamental, chega-se a conclusão, que este documento, assim como os PCNs de geografia, apresenta uma estrutura metodológica polissêmica, ao apresentar diferentes perspectivas geográficas, ao longo dos conceitos de paisagem, território e região.

Pode-se observar através desses itens, que o currículo mínimo de geografia, trata-se de mais uma ferramenta de ensino que também está arraigado de interesses políticos, *PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.*

demonstrando, assim, como os PCNs e a LDB, não ser um projeto neutro, sem intenções, mas um projeto voltado para a reprodução do imaginário colonial, através dos conteúdos tidos como importantes e cruciais para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Ao longo do artigo, pode-se observar, através da análise do discurso, como a educação, o currículo e o ensino de geografia vem sendo moldado ao longo dos anos por uma política pedagógica conservadora e elitista conforme a atual política neoliberal.

Logo, pode-se observar que o principal objetivo da política neoliberal dentro da lógica educacional passa a ser produzir uma educação que proporcione lucro, que impeça à produção de um pensamento crítico na escola, e que faça florir dentro das instituições de ensino a manutenção do status quo da sociedade capitalista, sempre impulsionada e em favor do bloco dominante da sociedade. É exatamente nesse contexto neoliberal que a educação se encontra, vendida pelo Estado aos atores hegemônicos que detém o poder, e que produzem uma educação moldada e controlada dentro dos moldes do interesse capitalista.

Diante de tudo que foi discutido e analisado até então sobre o Currículo Mínimo, pode-se considerar que este documento do ponto de vista da sua Teoria e da Matriz curricular, segundo a análise do conceito de Região, apresenta tensões curriculares, já que ao ser formulado o CM de geografia contou com a participação de profissionais da educação que divergiam enquanto as suas perspectivas pedagógicas. Porém, mesmo diante de tais tensões, o CM demonstra ter como principal base a teoria curricular conservadora e dogmática, ao propor determinados conteúdos, que são reproduzidos em sala de aula como verdade absoluta dentro de um padrão N-H-E.

Diante de tudo que foi mostrado então se pode afirmar que a geografia que é trabalhada na escola ainda nos dias é uma geografia tradicional, que apresenta através do currículo *PERREIRA & SACRAMENTO, O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.*

e do livro didático de geografia conteúdos e conceitos estereotipados segundo o interesse do Estado, que ainda hoje rege e controla o saber geográfico.

Logo se chega, a conclusão que a geografia ainda nos dias de hoje continua sendo um saber, que pertence ao Estado, e que os utiliza conforme o interesse da sociedade capitalista, através de currículo mínimo eclético, porém controlador de seus conceitos e moldado e estruturado dentro de um padrão N-H-E.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Ana Carolina Figueiredo; SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos Sacramento. O Currículo de Geografia frente às Políticas Curriculares Nacionais. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – a construção do Brasil: geografia, ação e democracia, 2016, São Luis. *Anais...*, 2016a, p. 1-2.
- AZEVEDO, Ana Carolina Figueiredo; SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos Sacramento. As Políticas Curriculares para a formação básica do ensino de Geografia. In: 5º Encontro Regional de Ensino de Geografia, 2016, Campinas. *Anais...*, 2016, p. 266-278.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF.1996.
- CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus de conteúdo. Florianópolis: *Texto Contexto Enferm*, 2006 Out-Dez; vol.15, nº 4, p. 679-684. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.
- CRAVEIRO, Clarissa B.; PAIVA, Rafaela de Sousa; GIGANTE, Camila C. A hegemonia do currículo mínimo. In: VIII Seminário Internacional - As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e a Educação, 2015, Rio de Janeiro. *Anais..* Rio de Janeiro: UERJ, 2015, s/p.
- HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. *ANTARES, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade*, nº 3 – Jan/jun 2010. p 2-24. Disponível em
- PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia.*

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

- LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, São Paulo, nº. 26, 2004. p. 109-118.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica*. 2ª. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- PEREIRA, Yan Marllon da. *O papel do currículo no atual contexto neoliberal: uma análise do currículo mínimo de geografia e dos seus conceitos de região, território e paisagem*. 2016. 133 f. Monografia (graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. 6ª. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *PROPOSTA CURRICULAR: um novo formato (Geografia)*, fevereiro, 2012. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/orientacoes.asp>>. Acessado em: 20 de abril de 2017.
- SILVA, Suzana C. *O Ensino de Geografia no contexto das Políticas Públicas Educacionais: uma análise das Avaliações Externas, do Currículo Mínimo e dos Professores de Rio Bonito – RJ*. Dissertação (mestrado em Centro de Educação e Humanidades). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

Data da Submissão: 08/10/2017

Data da Avaliação: 21/08/2018

PERREIRA & SACRAMENTO, *O discurso apresentado ao conceito de região no currículo mínimo de geografia*.